

SOLAR • EÓLICA • HÍDRICA • BIOMASSA • ARMAZENAMENTO

voltalia



# Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2021

*Voltalia São Miguel do  
Gostoso  
Participações S.A.*

---



## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Aos Administradores e Acionistas  
Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A.  
São Paulo – SP

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, assim como o resumo das principais políticas contábeis e as demais notas explicativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nesta data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação a Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião sobre as demonstrações financeiras.

### **Responsabilidade da administração e da governança sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

## Responsabilidade dos auditores independentes pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.
- avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de fevereiro de 2022

Mazars Auditores Independentes  
CRC 2SP023701/O-8 F - RJ

Rodrigo de A. Albuquerque  
Contador CRC CE019775/O-9 T-RJ

Demonstração dos fluxos de caixa  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
Em milhares de reais

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>				
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	3.456	(4.891)	6.279	(2.760)
<b>Ajustes para reconciliar o lucro líquido com recursos provenientes das atividades operacionais</b>				
Resultado em equivalência patrimonial	(12.312)	(1.178)	-	-
Resultado financeiro - Provisão de Juros	9.064	5.940	30.458	26.153
Penalidades contratuais - Provisão	-	-	2.766	10.161
Depreciações e amortizações	-	-	20.323	20.511
Rendimento de aplicação financeira	(198)	(182)	(1.649)	(674)
Provisão Fiscal	-	-	(1.822)	-
<b>Diminuição (aumento) nos ativos</b>				
Contas a receber	-	-	(532)	(156)
Adiantamentos a fornecedores	10	24	(32)	(24)
Despesas antecipadas	-	-	(261)	-
Contas a receber - partes relacionadas	-	-	36	(36)
Adiantamento de indenizações	-	-	5.130	-
Redução em outros ativos	(90)	(59)	(1.093)	(48)
<b>Aumento (diminuição) nos passivos</b>				
Fornecedores	5	(8)	748	427
Obrigações fiscais e trabalhistas	-	(2)	(428)	(454)
Penalidades contratuais	-	-	-	(1.456)
Fornecedores – partes relacionadas	-	-	39	(498)
Outras obrigações	-	-	(93)	(45)
<b>Recursos provenientes das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>(65)</b>	<b>(356)</b>	<b>59.869</b>	<b>51.101</b>
Juros pagos sobre financiamento	-	-	(15.126)	(16.459)
Juros pagos sobre debêntures	(4.099)	(3.866)	(4.099)	(3.866)
Imposto de renda e contribuição social pagos	-	-	(2.305)	(2.302)
<b>Recursos líquidos provenientes das (aplicado nas) atividades operacionais</b>	<b>(4.164)</b>	<b>(4.222)</b>	<b>38.339</b>	<b>28.474</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimento</b>				
Redução em investimentos	5.534	5.521	-	-
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(28)	(2.575)	(26.562)	(7.757)
Dividendos recebidos	-	4.795	-	-
Aquisições de imobilizado	-	-	(152)	(66)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos gerados (consumidos) pelas atividades de investimento</b>	<b>5.506</b>	<b>7.741</b>	<b>(26.714)</b>	<b>(7.823)</b>
<b>Fluxo de caixa de atividades de financiamento</b>				
Mútuos	(20)	(19)	-	-
Pagamento debêntures	(1.444)	(1.658)	(1.444)	(1.658)
Pagamentos de empréstimos e financiamentos	-	-	(14.919)	(14.322)
Pagamento de arrendamentos	-	-	(782)	(666)
Dividendos pagos	-	(2.134)	-	(2.134)
<b>Caixa e equivalentes de caixa líquidos consumidos pelas atividades de financiamento</b>	<b>(1.464)</b>	<b>(3.811)</b>	<b>(17.145)</b>	<b>(18.780)</b>
<b>Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(122)</b>	<b>(292)</b>	<b>(5.520)</b>	<b>1.871</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	259	551	7.541	5.670
<b>Aumento (redução) líquido (a) em caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(122)</b>	<b>(292)</b>	<b>(5.520)</b>	<b>1.871</b>
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	137	259	2.021	7.541
<b>Transações que não afetaram caixa:</b>				
IFRS 16	-	-	(539)	3.292
Baixa Sinistro	-	-	6.948	-

Demonstração dos resultados  
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
Em milhares de reais

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Receita operacional, líquida	2.1.1	-	-	73.936	63.075
Custos operacionais	2.1.2	-	-	(38.177)	(36.913)
<b>Resultado bruto</b>		<b>-</b>	<b>-</b>	<b>35.759</b>	<b>26.162</b>
<b>Despesas operacionais</b>					
Despesas administrativas	2.1.2	(140)	(237)	(2.188)	(3.156)
Outras receitas (despesas)	2.1.3	-	-	2.379	-
Resultado de equivalência patrimonial	2.3.3	12.312	1.178	-	-
<b>Lucro antes do resultado financeiro e tributos</b>		<b>12.172</b>	<b>941</b>	<b>35.950</b>	<b>23.006</b>
Despesas financeiras		(9.209)	(6.127)	(31.658)	(26.640)
Receitas financeiras		493	295	1.987	874
<b>Resultado financeiro</b>	2.1.4	<b>(8.716)</b>	<b>(5.832)</b>	<b>(29.671)</b>	<b>(25.766)</b>
<b>Resultado antes dos tributos sobre o lucro</b>		<b>3.456</b>	<b>(4.891)</b>	<b>6.279</b>	<b>(2.760)</b>
Imposto de renda e contribuição social	2.1.5	-	-	(2.823)	(2.131)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>3.456</b>	<b>(4.891)</b>	<b>3.456</b>	<b>(4.891)</b>

A Companhia não possui outros resultados abrangentes além do resultado do exercício, razão pela qual optou por não apresentar a Demonstração dos resultados abrangentes.

## Voltaia São Miguel do Gostoso Participações S.A.

Balancos Patrimoniais  
Em 31 de dezembro de 2021 e 2020  
Em milhares de reais

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	2.2.2	137	259	2.021	7.541
Contas a receber	2.2.4	-	-	7.077	6.360
Contas a receber - Partes relacionadas	5.1	-	-	-	36
Adiantamento a fornecedores		78	91	1.026	988
Despesas antecipadas		-	-	934	395
Dividendos a receber - Partes relacionadas	5.1	2.427	441	-	-
Mútuos - Partes relacionadas	5.1	1.392	1.307	-	-
Impostos a recuperar	2.2.6	2.878	2.788	2.931	3.252
Outros Ativos	2.2.5	-	-	2.195	344
<b>Total ativo circulante</b>		<b>6.912</b>	<b>4.886</b>	<b>16.184</b>	<b>18.916</b>
<b>Não circulante</b>					
Títulos e valores mobiliários	2.2.3	10.713	10.487	68.772	40.627
Contas a receber	2.2.4	-	-	1.296	361
Impostos a recuperar	2.2.6	-	-	-	246
Investimentos	2.3.3	256.630	251.838	-	-
Outros Ativos		-	-	378	-
Imobilizado	2.3.1	-	-	398.516	423.508
Intangível	2.3.2	-	-	11.733	12.338
<b>Total ativo não circulante</b>		<b>267.343</b>	<b>262.325</b>	<b>480.695</b>	<b>477.080</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>274.255</b>	<b>267.211</b>	<b>496.879</b>	<b>495.996</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Circulante</b>					
Fornecedores	2.2.7	11	6	5.376	4.634
Empréstimos e financiamentos	2.2.8	-	-	11.795	12.652
Debêntures	2.2.9	1.708	1.536	1.708	1.536
Obrigações fiscais e trabalhistas		5	8	1.632	1.533
Contas a pagar - Partes relacionadas	5.1.1	-	-	99	60
Penalidades contratuais	2.2.11	-	-	7.496	5.866
Outras obrigações		-	-	1	-
Passivo de arrendamentos	2.2.10	-	-	282	166
<b>Total passivo circulante</b>		<b>1.724</b>	<b>1.550</b>	<b>28.389</b>	<b>26.447</b>
<b>Não circulante</b>					
Debêntures	2.2.9	50.658	47.244	50.658	47.244
Passivo de arrendamentos	2.2.10	-	-	5.578	5.405
Empréstimos e financiamentos	2.2.8	-	-	186.762	195.134
Penalidades contratuais	2.2.11	-	-	3.597	1.340
Provisão fiscal		1	-	23	1.837
Outras obrigações		-	1	-	173
<b>Total passivo não circulante</b>		<b>50.659</b>	<b>47.245</b>	<b>246.618</b>	<b>251.133</b>
<b>Total passivo</b>		<b>52.383</b>	<b>48.795</b>	<b>275.007</b>	<b>277.580</b>
<b>Patrimônio líquido</b>	2.4				
Capital social		231.580	231.580	231.580	231.580
Prejuízo acumulado		(9.708)	(13.164)	(9.708)	(13.164)
<b>Total patrimônio líquido</b>		<b>221.872</b>	<b>218.416</b>	<b>221.872</b>	<b>218.416</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>274.255</b>	<b>267.211</b>	<b>496.879</b>	<b>495.996</b>

Demonstração das mutações do patrimônio líquido  
Em milhares de reais

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Total
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2019</b>	<b>231.580</b>	<b>(8.347)</b>	<b>223.233</b>
Prejuízo do exercício	-	(4.891)	(4.891)
Outras movimentações	-	74	74
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2020</b>	<b>231.580</b>	<b>(13.164)</b>	<b>218.416</b>
Lucro do exercício	-	3.456	3.456
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>231.580</b>	<b>(9.708)</b>	<b>221.872</b>

## ÍNDICE DAS NOTAS EXPLICATIVAS

<b>1</b>	<b>Contexto e mudanças significativas</b>	<b>10</b>
1.1	Informações gerais	10
1.2	Base de preparação e políticas contábeis	12
1.3	Impactos do coronavírus (COVID-19)	13
<b>2</b>	<b>Principais informações financeiras</b>	<b>14</b>
2.1	Resultado do exercício	14
2.1.1	Receita operacional, líquida	14
2.1.2	Custos e despesas por natureza	15
2.1.3	Outras receitas (despesas)	15
2.1.4	Receitas e despesas financeiras	16
2.1.5	Imposto de renda e contribuição social	16
2.2	Ativos e passivos financeiros	17
2.2.1	Instrumentos financeiros por categoria	17
2.2.2	Caixa e equivalentes de caixa	18
2.2.3	Títulos e valores mobiliários	18
2.2.4	Contas a receber de clientes	19
2.2.5	Outros ativos	20
2.2.6	Impostos a recuperar	20
2.2.7	Fornecedores	20
2.2.8	Empréstimos e financiamentos	21
2.2.9	Debêntures	23
2.2.10	Passivos de arrendamento	23
2.2.11	Penalidades contratuais	24
2.3	Ativos e passivos não-financeiros	25
2.3.1	Imobilizado	25
2.3.2	Intangível	26
2.3.3	Investimentos	27
2.4	Patrimônio Líquido	28
2.4.1	Capital social	28
2.4.2	Destinação do lucro	28
<b>3</b>	<b>Estimativas críticas e riscos</b>	<b>28</b>
3.1	Estimativas críticas e julgamentos	28
3.2	Gestão de riscos	29
3.2.1	Risco regulatório	29
3.2.2	Risco de crédito	29
3.2.3	Risco de liquidez	29
<b>4</b>	<b>Itens não reconhecidos</b>	<b>31</b>
4.1	Contingências	31
4.1.1	Perdas possíveis não provisionadas no Balanço	31
4.1.2	Provisões Fiscais	31
4.1.3	Ativo contingente	31
<b>5</b>	<b>Outras informações</b>	<b>31</b>
5.1.1	Transações com partes relacionadas	32
5.2	Seguros	33
<b>6</b>	<b>Principais práticas contábeis adotadas</b>	<b>33</b>
6.1	Caixa e equivalentes de caixa	33
6.2	Imobilizado	33
6.3	Intangível	34
6.3.1	Ativos intangíveis separadamente adquiridos	34
6.3.2	Ativos Intangíveis internamente gerados	34
6.3.3	Baixa de ativos intangíveis	35
6.4	Redução ao valor recuperável ("impairment")	35
6.4.1	Ativos financeiros (incluindo recebíveis)	35
6.4.2	Ativos não financeiros	35
6.5	Empréstimos e financiamentos	36
6.6	Provisões	36
6.7	Tributação	36
6.7.1	Tributos sobre a receita operacional	36
6.7.2	Tributos sobre o lucro	37
6.8	Outros ativos e passivos	37
6.9	Reconhecimento de receita	38
6.10	Instrumentos financeiros	38
6.11	Passivo de arrendamentos	38
6.12	Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021	39
6.13	Normas emitidas, mas ainda não vigentes	40

## 1 Contexto e mudanças significativas

Esta seção provê informações sobre eventos significativos e transações que afetaram as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e performance da Companhia durante o exercício.

### 1.1 Informações gerais

A Voltalia São Miguel do Gostoso Participações S.A. (“Companhia” ou “Controladora”) é uma sociedade por ações constituída em 13 de fevereiro de 2014, com sede administrativa e foro jurídico na Rua Bandeira Paulista, nº 1º andar, CEP 04532-010, na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia tem por objeto a participação direta ou indireta em sociedades organizadas sob qualquer natureza jurídica.

As controladas têm por objeto a estruturação, o desenvolvimento, a implantação, a geração e a exploração de empreendimento de energia elétrica por fonte eólica a ser desenvolvido nos parques eólicos denominados Carnaúba, Santo Cristo, Reduto e São João. As controladas entraram em operação de teste em maio de 2017 e em operação em julho de 2017 e suas necessidades de caixa são cobertas por intermédio do empréstimo firmado junto ao BNDES e das receitas advindas de suas operações.

Em 31 de dezembro de 2021 as participações societárias diretas são as seguintes:

<b>Empreendimento</b>	<b>% Participação</b>
Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A	100,00%
Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A	100,00%
Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A	100,00%
Usina de Energia Eólica São João SPE S.A	100,00%

#### **Autorização do Parque Eólico Santo Cristo**

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME nº 233 de 16 de abril de 2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Santo Cristo, constituída de 09 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 18 de abril de 2012 e o término em 18 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A.

A Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 17 de junho de 2017, entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL nº 1.726 de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A. passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Santo Cristo SPE S.A. destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto nº 2.003/96.

#### **Autorização do Parque Eólico Reduto**

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 230 de 13 de abril de 2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Reduto, constituída de 9 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 16 de abril de 2012 e o término em 16 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia.

A Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 17 de junho de 2017, a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.724 de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Reduto SPE S.A destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96.

#### **Autorização do Parque Eólico Carnaúba**

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 204 de 5 de abril de 2012 autorizou a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL Carnaúbas, constituída de 09 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 09 de abril de 2012 e o término em 09 de abril de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Companhia.

A Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 20 de junho de 2017, a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL Nº 1.725, de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica Carnaúba SPE S.A destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96.

#### **Autorização do Parque Eólico São João**

A Portaria do Ministério de Minas e Energia - MME Nº 173 de 22 de março de 2012 autorizou a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A a estabelecer-se como Produtora Independente de Energia Elétrica mediante a implantação e exploração da Central Geradora Eólica denominada EOL São João, constituída de 9 Unidades Geradoras, totalizando 27.000 kW de capacidade instalada.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

---

A autorização vigorará pelo prazo de 35 anos, sendo o início em 26 de março de 2012 e o término em 26 de março de 2047, podendo ser prorrogada a critério da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e a pedido da Usina de Energia Eólica São João SPE S.A.

A Usina de Energia Eólica São João SPE S.A entrou em fase de teste em 20 de maio de 2017, conforme despacho ANEEL Nº 1.392 de 19 de maio de 2017. Em 20 de junho de 2017, a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A entrou em operação comercial, conforme despacho ANEEL

Nº 1.725, de 16 de junho de 2017. No dia 27 de junho de 2017, foi recebido a autorização técnica do fornecedor das turbinas, para entrada em operação. A partir desta última autorização, a Usina de Energia Eólica São João SPE S.A passou a depreciar seus ativos fixos linearmente, com base na vida útil de 25 anos.

A energia elétrica produzida pela Usina de Energia Eólica São João SPE S.A destina-se à comercialização na modalidade de produção independente de energia elétrica, em conformidade com as condições estabelecidas nos artigos 12, 15 e 16 da Lei Nº 9.074/95, regulamentada pelo Decreto Nº 2.003/96.

**Contrato de Energia de Reserva - CER**

As controladas firmaram em 8 de agosto de 2012 um Contrato de Energia de Reserva (CER), na modalidade de quantidade de energia elétrica com Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) assegurada no 4º Leilão para Contratação de Energia de Reserva promovida pela ANEEL em 2011. Por este contrato, as controladas se comprometeram a vender a totalidade da energia gerada à CCEE, pelo prazo de 20 anos, a partir de 1º de julho de 2014, ao preço original de R\$ 98,92 /MWh (agosto de 2011), reajustado anualmente pelo Índice de Preço ao Consumidor Amplo (IPCA). A data de início de suprimento de energia foi postergada de 1º de julho de 2014 a 1º de abril de 2015 através do primeiro termo aditivo ao contrato de energia de reserva - CER Nº 165/11 datado de 27 de janeiro de 2015.

**Capital circulante líquido negativo**

Em 31 de dezembro de 2021, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia e suas controladas (doravante denominadas “Grupo” ou “Grupo SMG”) encontram-se com o capital circulante negativo no montante de R\$ 12.205. Havendo a necessidade de capital giro adicional, a sua acionista realizará aporte de capital para que a Companhia e suas controladas honrem com suas obrigações de curto prazo.

**Aprovação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A emissão das demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi autorizada pela Administração em 25 de fevereiro de 2022.

## **1.2 Base de preparação e políticas contábeis**

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com o CPC 21(R1). Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e apenas essas informações, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas na gestão da Companhia.

As políticas contábeis adotadas na elaboração das demonstrações financeiras, bem como os principais julgamentos adotados para as estimativas utilizadas na aplicação das práticas contábeis, são os mesmos praticados na preparação das demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2021.

### 1.3 Impactos do coronavírus (COVID-19)

Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde declarou a COVID-19 como um surto pandêmico e, desde então, as autoridades governamentais de várias jurisdições impuseram confinamentos ou outras restrições para conter o vírus e diversas empresas suspenderam ou reduziram suas operações.

Com base em todos os acontecimentos, a Administração estabeleceu medidas que visam garantir o cumprimento das ações para conter a disseminação da doença na Companhia e minimizar seus impactos e potenciais impactos nas áreas administrativas, de operações e econômico-financeiras.

Nessa linha, o Grupo Voltalia estabeleceu um Comitê de Contingência, cujo objetivo é monitorar e mitigar os impactos e consequências nas principais atividades da Companhia. Os 4 pilares definidos são:

- (i) segurança das pessoas
- (ii) continuidade das atividades essenciais,
- (iii) monitoramento das orientações e exigências dos órgãos reguladores, e
- (iv) preservação das condições financeiras adequadas para suportar a crise.

Entre as principais iniciativas implementadas pela Companhia, citam-se as ações para prevenir e mitigar os efeitos do contágio no local de trabalho, tais como: adoção do trabalho em home office nas áreas em que é possível adotar este formato, restrições de viagens, reuniões por vídeo conferência, acompanhamento diário do quadro de saúde e bem estar dos colaboradores e protocolos de contingência de forma a manter integralmente as operações da infraestrutura de energia elétrica.

Neste cenário, para fins de elaboração e divulgação das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a administração da Companhia avaliou suas estimativas de forma a identificar os possíveis impactos do Covid-19 nos negócios da Companhia, conforme segue:

#### **Redução do valor recuperável (“impairment”)**

A Companhia avaliou as circunstâncias que poderiam indicar o “impairment” de seus ativos não financeiros e concluiu que não houve mudanças nas circunstâncias que indicariam uma perda por “impairment”. Como a pandemia ainda está avançando, o impacto financeiro resultante da COVID-19 não pode ser estimado com segurança no momento. Portanto, as principais premissas de longo prazo aplicadas na preparação dos modelos de fluxo de caixa permanecem inalteradas para a avaliação do indicativo de “impairment”.

#### **Liquidez**

Não houve alteração substancial dos índices de liquidez da Companhia. A Administração considera que o capital de giro é suficiente para requisitos atuais da Companhia. Havendo a necessidade de capital giro adicional, a sua acionista realizará aporte de capital para que a Companhia honre com suas obrigações de curto prazo.

#### **Valor justo de outros ativos e passivos**

Até o momento atual, os efeitos da pandemia não causaram impactos significativos no valor justo dos ativos e passivos da Companhia.

## 2 Principais informações financeiras

Esta seção provê informações detalhadas sobre linhas das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

### 2.1 Resultado do exercício

#### 2.1.1 Receita operacional, líquida

O valor registrado na receita operacional líquida corresponde aos valores a receber da CCEE descontadas dos impostos incidentes na receita. O saldo da receita operacional líquida apresenta a seguinte composição:

Descrição	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita bruta</b>		
Receita bruta de fornecimento - CCEE (Reduto)	19.541	18.587
Receita bruta de fornecimento - CCEE (Santo cristo)	20.991	19.967
Receita bruta de fornecimento - CCEE (Carnaúba)	18.871	17.950
Receita bruta de fornecimento - CCEE (São João)	20.102	19.121
	<b>79.505</b>	<b>75.625</b>
<b>Ressarcimento (Penalidades)</b>		
Ressarcimento (Penalidades) - CCEE (Reduto)	50	(2.245)
Ressarcimento (Penalidades) - CCEE (Santo Cristo)	(3.257)	(2.672)
Ressarcimento (Penalidades) - CCEE (Carnaúba)	1.120	(1.364)
Ressarcimento (Penalidades) - CCEE (São João)	(679)	(3.880)
	<b>(2.766)</b>	<b>(10.161)</b>
<b>Tributos Sobre Receita</b>		
Tributos sobre receita (Reduto)	(714)	(597)
Tributos sobre receita (Santo Cristo)	(647)	(632)
Tributos sobre receita (Carnaúba)	(732)	(603)
Tributos sobre receita (São João)	(710)	(557)
	<b>(2.803)</b>	<b>(2.389)</b>
	<b>73.936</b>	<b>63.075</b>

## 2.1.2 Custos e despesas por natureza

	Controladora			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Custos	Despesas	Custos	Despesas
Serviços	-	(121)	-	(186)
Despesas legais e judiciais	-	(1)	-	(27)
Despesas administrativas gerais	-	(18)	-	(24)
	-	<b>(140)</b>	-	<b>(237)</b>

	Consolidada			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Custos	Despesas	Custos	Despesas
Depreciações e amortizações	(20.323)	-	(20.511)	-
Encargos setoriais	(8.639)	-	(7.837)	-
Serviços de operação & manutenção	(3.653)	-	(3.851)	-
Serviços de operação & manutenção - Partes relacionadas	(4.488)	-	(3.816)	-
Energia comprada para revenda	(7)	-	(19)	-
Seguros	(565)	-	(418)	-
Aluguel	(502)	-	(461)	-
Serviços	-	(1.537)	-	(1.789)
Despesas administrativas gerais	-	(568)	-	(1.080)
Aluguel - Partes relacionadas	-	(36)	-	(240)
Despesas legais e judiciais	-	(47)	-	(47)
	<b>(38.177)</b>	<b>(2.188)</b>	<b>(36.913)</b>	<b>(3.156)</b>

## 2.1.3 Outras receitas (despesas)

A controlada Usina Eólica Santo Cristo SPE S.A recebeu da seguradora, em janeiro de 2022, o cálculo com o valor de lucro cessante referente ao primeiro semestre de 2021 no valor de R\$ 1.008. Tal valor foi provisionado na linha de outras receitas operacionais com os respectivos impostos deduzidos no valor de R\$ 37, totalizando o valor de R\$ 971. Maiores informações vide NE 2.3.1.

A controlada Usina Eólica Carnaúba SPE S.A. obteve uma redução do custo em R\$ 1.408 referente a quitação do auto de infração com benefício de desconto. Maiores informações vide NE 4.1.2.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

### 2.1.4 Receitas e despesas financeiras

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita financeira</b>				
Rendimentos aplicações financeiras	335	182	1.891	796
Outras receitas financeiras	94	74	96	78
Juros sobre mútuos ativos	64	39	-	-
	<b>493</b>	<b>295</b>	<b>1.987</b>	<b>874</b>
<b>Despesa financeira</b>				
Outras despesas financeiras	(80)	(148)	(1.199)	(487)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	-	-	(20.816)	(19.688)
Juros sobre debêntures	(9.129)	(5.979)	(9.129)	(5.979)
Juros sobre passivos de arrendamentos	-	-	(514)	(486)
	<b>(9.209)</b>	<b>(6.127)</b>	<b>(31.658)</b>	<b>(26.640)</b>
<b>Total de resultado financeiro</b>	<b>(8.716)</b>	<b>(5.832)</b>	<b>(29.671)</b>	<b>(25.766)</b>

### 2.1.5 Imposto de renda e contribuição social

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL	3.456	(4.891)
Alíquota nominal	34%	34%
<b>IRPJ e CSLL</b>	<b>(1.175)</b>	<b>1.663</b>
Resultado de equivalência Patrimonial (34%)	4.186	401
Créditos tributários não constituídos	(3.011)	(2.064)
<b>Despesa de IRPJ e CSLL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Alíquota efetiva	0%	0%
<b>Consolidado</b>		
	31/12/2021	31/12/2020
<b>Receita bruta de vendas</b>	<b>79.505</b>	<b>75.625</b>
<b>Penalidade</b>	<b>(2.766)</b>	<b>(10.161)</b>
<b>Outras receitas (despesas)</b>	<b>1.008</b>	<b>-</b>
<b>Base ajustada</b>	<b>77.747</b>	<b>65.464</b>
Presunção Imposto de Renda - 8% (a)	6.220	5.237
Presunção contribuição social - 12% (b)	9.330	7.856
Demais Receitas e Ganhos de capital (c)	1.557	618
<b>Base de Cálculo - IRPJ (a)+(c)</b>	<b>7.777</b>	<b>5.855</b>
Imposto de renda:15%	1.167	878
Adicional de Imposto de Renda: 10%	676	490
<b>Total IRPJ</b>	<b>1.843</b>	<b>1.368</b>
<b>Base de Cálculo - CSLL</b>	<b>10.887</b>	<b>8.474</b>
Contribuição social: 9%	980	763
<b>Total de CSLL</b>	<b>980</b>	<b>763</b>
<b>Total IRPJ e CSLL</b>	<b>2.823</b>	<b>2.131</b>

## 2.2 Ativos e passivos financeiros

Esta Nota provê informações sobre os ativos e passivos financeiros da Companhia, incluindo:

- Uma visão geral dos ativos e passivos financeiros por categoria
- Informações específicas para cada tipo de instrumento financeiro

### 2.2.1 Instrumentos financeiros por categoria

A Companhia possui os seguintes instrumentos financeiros:

	Controladora	
	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	137	259
Títulos e valores mobiliários	10.713	10.487
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>10.850</b>	<b>10.746</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores	(11)	(6)
Debêntures	(52.366)	(48.780)
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>(52.377)</b>	<b>(48.786)</b>
<b>Ativos (passivos) financeiros, líquidos</b>	<b>(41.527)</b>	<b>(38.040)</b>

	Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativos financeiros</b>		
Caixa e equivalentes de caixa	2.021	7541
Contas a receber	8.373	6.721
Contas a receber - partes relacionadas	-	36
Títulos e valores mobiliários	68.772	40.627
<b>Total ativos financeiros</b>	<b>79.166</b>	<b>54.925</b>
<b>Passivos financeiros</b>		
Fornecedores	(5.376)	(4.634)
Empréstimos e financiamentos	(198.557)	(207.786)
Debentures	(52.366)	(48.780)
Passivo de arrendamento	(5.860)	(5.571)
Mútuos, contas a pagar - partes relacionadas	99	60
<b>Total de passivos financeiros</b>	<b>(262.060)</b>	<b>(266.711)</b>
<b>Ativos (passivos) financeiros, líquidos</b>	<b>(182.894)</b>	<b>(211.786)</b>

## 2.2.2 Caixa e equivalentes de caixa

Conforme demonstrado a seguir, compreendem os saldos de caixa e depósitos bancários à vista:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Caixa e banco	3	18	95	227
Aplicações financeiras	134	241	1.926	7.314
	<b>137</b>	<b>259</b>	<b>2.021</b>	<b>7.541</b>

As aplicações financeiras são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de variação de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a recursos aplicados em Fundo de Investimento e Certificados de Depósito Bancário, ambos com liquidez imediata. O Fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 127,3% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário, já CDB é um título de renda fixa cuja rentabilidade e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 99% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário e são mantidas junto a uma instituição financeira de rating B classificado pela Standard & Poor's.

## 2.2.3 Títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Conta Centralizadora	-	-	12.021	6.360
Outras aplicações restritas	-	-	7	15
Serviço da dívida – empréstimo BNDES	-	-	9.135	8.808
Serviços de manutenção - O&M	-	-	1.256	1.212
Reserva Holding	2.590	2.650	2.590	2.650
Reserva SPE	-	-	35.640	13.745
Reserva Debentures	8.123	7.837	8.123	7.837
Total	<b>10.713</b>	<b>10.487</b>	<b>68.772</b>	<b>40.627</b>

A seguir, descrição das principais contas:

- Conta Reserva SPE é a conta para qual é destinada a totalidade dos recursos remanescentes da conta Centralizadora, depois de observada a destinação dos pagamentos para as contas de O&M e de Serviço da Dívida, conforme definido em contrato juntos ao ente financiador.
- Contas reservas que foram constituídas em junho de 2017 e visam garantir o pagamento dos serviços de dívida com o BNDES e dos principais prestadores de serviços necessários para operar e realizar a manutenção dos parques. O valor destinado a constituição das contas reserva do **Serviço da Dívida e Serviço de manutenção - O&M** deve corresponder, minimamente em 31 de dezembro de 2021, a três vezes o valor gasto no referido mês com a amortização do financiamento de longo prazo (principal e encargos) e dos contratos de operação e manutenção mencionados no contrato de cessão fiduciária de direitos creditórios.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

- Centralizadora: Conta corrente de titularidade da Companhia mantida junto ao banco administrador (Bradesco), não sendo possível realizar movimentações sem prévia autorização deste banco e, que não estejam contratualmente estabelecidas. Esta conta possui como finalidade exclusiva a arrecadação dos recursos decorrentes dos direitos cedidos pela Companhia, em garantia de contratos de empréstimos (nota explicativa 2.2.6).

Tais recursos são aplicados em Fundo de investimento conforme estabelecido no contrato de cessão fiduciária, cuja gestão compete ao banco administrador de contas. O fundo busca acompanhar as variações do benchmark e seu desempenho nos últimos 12 meses foi de 97,3% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário

#### 2.2.4 Contas a receber de clientes

O prazo médio de recebimento dos valores relativos as vendas de energia são de 45 dias da data do faturamento. Maiores detalhes do contrato CER (Contrato de Energia de Reserva) estão detalhados na Nota 1. Abaixo, é demonstrada a composição do contas a receber consolidado:

	Consolidado				
	31/12/2021				
	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	Total
<b>Ativo circulante</b>					
Receita Fixa*	1.694	1.820	1.636	1.742	6.892
Ressarcimento**	-	-	185	-	185
<b>Total</b>	<b>1.694</b>	<b>1.820</b>	<b>1.821</b>	<b>1.742</b>	<b>7.077</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Ressarcimento**	-	-	1.296	-	1.296
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.296</b>	<b>-</b>	<b>1.296</b>
<b>Total</b>	<b>1.694</b>	<b>1.820</b>	<b>3.117</b>	<b>1.742</b>	<b>8.373</b>
	31/12/2020				
	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	Total
<b>Ativo circulante</b>					
Receita Fixa*	1.563	1.679	1.510	1.608	6.360
<b>Total</b>	<b>1.563</b>	<b>1.679</b>	<b>1.510</b>	<b>1.608</b>	<b>6.360</b>
<b>Ativo não circulante</b>					
Ressarcimento**	-	-	361	-	361
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>361</b>	<b>-</b>	<b>361</b>
<b>Total</b>	<b>1.563</b>	<b>1.679</b>	<b>1.871</b>	<b>1.608</b>	<b>6.721</b>

(\*) Referente à receita fixa de geração de energia eólica, após a declaração de apta recebida da ANEEL em 30 de junho de 2015.

(\*\*) Referente a provisão de receita variável do contrato CER (Nota 1).

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

Os contratos de venda de energia foram cedidos em garantia ao financiamento com o BNDES (Nota 2.2.7).

### 2.2.5 Outros ativos

O saldo de outros ativos é composto por indenizações a receber referente ao parque eólico Santo Cristo, R\$ 839. Maiores informações vide NE 2.3.1.

### 2.2.6 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
<b>Ativo Circulante</b>				
Imposto de renda - saldo negativo	2.825	2.748	2.825	2.949
IRRF aplicação financeira	47	32	47	32
INSS	-	-	14	18
Outros impostos a recuperar	6	8	45	151
<b>Total</b>	<b>2.878</b>	<b>2.788</b>	<b>2.931</b>	<b>3.252</b>
<b>Ativo Não Circulante</b>				
ISS	-	-	-	246
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>246</b>
<b>Total de impostos a recuperar</b>	<b>2.878</b>	<b>2.788</b>	<b>2.931</b>	<b>3.498</b>

### 2.2.7 Fornecedores

Descrição	Controladora		Consolidado	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Serviços	11	6	2.043	2.021
Fiança bancária	-	-	1.403	1.403
Seguros	-	-	1.001	444
Encargos setoriais	-	-	857	684
Outros	-	-	72	82
<b>Total de fornecedores</b>	<b>11</b>	<b>6</b>	<b>5.376</b>	<b>4.634</b>

## 2.2.8 Empréstimos e financiamentos

### 2.2.8.1 Composição de saldo

		Encargos financeiros incidentes	Moeda	Prazo do contrato	31/12/2021	31/12/2020
<b>Controlada</b>	<b>Financiamentos</b>					
Reduto	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	48.768	51.154
Santo Cristo	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	50.354	52.497
Carnaúba	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	51.950	54.211
São João	BNDES	TJLP + 2,18% a.a.	Real	24/08/2015 - 15/11/2031	47.485	49.924
					<b>198.557</b>	<b>207.786</b>
	Total circulante				11.795	12.652
	Total não circulante				186.762	195.134

O financiamento junto ao BNDES possui custos de transação que são apropriados ao resultado conforme tempo total de contrato e são registrados em conta redutora no passivo da Companhia.

### 2.2.8.2 Movimentação dos empréstimos, nos exercícios

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial	207.786	218.879
Juros incorridos	20.817	19.688
Juros pagos	(15.126)	(16.459)
Amortização de principal	(14.920)	(14.322)
Saldo final	<b>198.557</b>	<b>207.786</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

### 2.2.8.3 Cláusulas restritivas

O financiamento junto ao BNDES estabelece que o ICSD (Índice de cobertura do serviço da dívida) deve ser igual ou superior a 1,3 sendo calculado ao término do exercício social da Companhia. Para 31 de dezembro de 2021 o índice calculado foi de 2,31.

	Reduto	Santo Cristo	Carnaúba	São João	SMG	Total
Caixa e aplicações financeiras do ano anterior	9.393	10.131	8.525	9.373	10.746	48.168
(-) Conta reserva do serviço da dívida	(2.153)	(2.270)	(2.289)	(2.096)	-	(8.808)
(-) Conta reserva O & M	(303)	(303)	(303)	(303)	-	(1.212)
(-) Conta reserva debêntures	-	-	-	-	(7.837)	(7.837)
<b>(A) Caixa inicial da atividade</b>	<b>6.937</b>	<b>7.558</b>	<b>5.933</b>	<b>6.974</b>	<b>2.909</b>	<b>30.311</b>
<b>Ajuste no EBITDA</b>						
Lucro (prejuízo) no período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2021	2.936	2.061	3.948	3.364	(8.853)	3.456
(+) Provisão de imposto de renda e contribuição social	711	696	701	715	-	2.823
(+/-) Resultado financeiro	5.214	5.388	5.635	4.722	8.712	29.671
(+) Depreciação e amortização	5.281	4.866	5.006	5.170	-	20.323
(-) Distribuição de capital a qualquer título prevista para o ano seguinte ao Aref	(796)	(832)	-	(799)	-	(2.427)
<b>EBITDA ajustado</b>	<b>13.346</b>	<b>12.179</b>	<b>15.290</b>	<b>13.172</b>	<b>(140)</b>	<b>53.846</b>
(-) Despesas de imposto de renda e contribuição social apurada no exercício líquido de diferimento	(655)	(710)	(630)	(683)	-	(2.678)
<b>(B) EBITDA ajustado com efeito do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>12.691</b>	<b>11.469</b>	<b>14.660</b>	<b>12.489</b>	<b>(140)</b>	<b>51.168</b>
<b>(C) Serviço da dívida no ano de referência correspondente ao somatório do valor do principal e juros da dívida com o BNDES</b>	<b>7.329</b>	<b>7.483</b>	<b>7.794</b>	<b>7.134</b>	<b>5.543</b>	<b>35.283</b>
<b>Índice de cobertura do serviço de dívida (A + B) / (C)</b>	<b>2,68</b>	<b>2,54</b>	<b>2,64</b>	<b>2,73</b>	<b>n/a</b>	<b>2,31</b>

### 2.2.8.4 Garantias

São garantias do contrato do BNDES o penhor de ações, a cessão fiduciária de direitos creditórios e emergentes, alienação fiduciária de bens (36 turbinas para a geração de energia conforme mencionado na Nota 2.3.1), fiança bancária durante a construção e até a conclusão física e financeira do projeto conforme definido nas cláusulas contratuais (tendo esta garantia obtido sua liberação em 12/07/2019, através de Declaração de Conclusão do Projeto emitida pelo BNDES), e contas reserva no valor de 3 meses de serviço da dívida e 3 meses de operação e manutenção.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

### 2.2.9 Debêntures

A Companhia emitiu, em março de 2016, R\$ 57.000 em debêntures não conversíveis em ações, de espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, em série única, com data de vencimento em 15 de dezembro de 2028, junto ao Itaú Unibanco S.A.. As debêntures não estão sujeitas à resgate antecipado, total ou parcial, e pagam juros anuais de 8,1914% a.a., base de 252 dias úteis. Os juros remuneratórios são pagos semestralmente, sempre, no dia 15 dos meses de junho e dezembro. Ao final de cada período de capitalização, será calculado em regime de capitalização de acordo com a fórmula:

$$J = VNa * (\text{Fator Juros} - 1)$$

J - Valor unitário dos juros Remuneratórios devidos ao final de cada período de capitalização, calculando com 8 casas decimais sem arredondamento;

VNa - Valor nominal unitário atualizado pelo IPCA, calculando com 8 casas decimais, sem arredondamento.

Fator Juros - fator juros fixos calculado com 9 casas decimais, com arredondamento, apurados da seguinte forma:

$$\text{Fator Juros} = \left[ \left( 1 + \frac{\text{Taxa}}{100} \right)^{\frac{DP}{252}} \right]$$

As debêntures foram emitidas em conexão com contratos de empréstimo feitos pelo Grupo SMG junto ao BNDES, sendo que a Companhia ofereceu as garantias para obtenção dos empréstimos.

Os valores recebidos referentes às Debêntures foram repassados para suas controladas através de aumento de capital, sendo uma parte destinado à formação de capital social e outra parte destinado à formação de Reserva de Capital, conforme Ata de Assembleia Geral Extraordinária aprovada em 15 de setembro de 2016.

### 2.2.10 Passivos de arrendamento

Entre 31 de dezembro de 2020 e 31 de dezembro de 2021, a movimentação do passivo de arrendamento está assim demonstrada:

<b>Passivo de arrendamentos</b>	<b>31/12/2020</b>	<b>Juros</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Adições / Baixas</b>	<b>Transf CP / LP</b>	<b>31/12/2021</b>
Passivo Circulante	166	-	(268)	-	384	282
Passivo Não Circulante	5.405	514	(514)	557	(384)	5.578
<b>Total no Passivo</b>	<b>5.571</b>	<b>514</b>	<b>(782)</b>	<b>557</b>	<b>-</b>	<b>5.860</b>

<b>Passivo de arrendamentos</b>	<b>31/12/2019</b>	<b>Juros</b>	<b>Pagamentos</b>	<b>Adições / Baixas</b>	<b>Transf CP / LP</b>	<b>31/12/2020</b>
Passivo Circulante	270	-	(181)	-	77	166
Passivo Não Circulante	8.773	486	(485)	(3.292)	(77)	5.405
<b>Total no Passivo</b>	<b>9.043</b>	<b>486</b>	<b>(666)</b>	<b>(3.292)</b>	<b>-</b>	<b>5.571</b>

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

As operações de arrendamento da Companhia em vigência em 31 de dezembro de 2021 não possuem cláusulas de restrições que imponham a manutenção de índices financeiros, assim como não apresentam cláusulas de pagamentos variáveis que devam ser consideradas, ou cláusulas de garantia de valor residual e opções de compra ao final dos contratos.

A composição da movimentação sumária do ativo já está mencionada na NE 2.3.1.

### 2.2.11 Penalidades contratuais

O contrato de energia de reserva celebrado estabelece que sejam apuradas em cada ano contratual (período de julho a junho) as diferenças entre a energia gerada da usina e a energia contratada. O ressarcimento por desvios negativos (extrapolando a faixa de tolerância - 10%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente, conforme expresso na cláusula 10 do referido contrato. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciando ao final do primeiro quadriênio, valorada ao preço de venda vigente.

O ressarcimento por desvios positivos (acima da faixa de tolerância - 30%) de geração será pago em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 70% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância - 30% de geração serão ressarcidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando ao final do primeiro quadriênio contado a partir do início da operação comercial, valorada ao preço de venda vigente.

Durante o primeiro quadriênio, findo em junho de 2018, a energia gerada pela companhia ficou abaixo do volume contratado. Desta forma, conforme previsto na cláusula 4ª do contrato de energia de Reserva, a companhia teve a energia contratual revisada para os próximos 4 anos.

Diante disso, houve uma redução na receita fixa do 2º quadriênio. Caso a produção melhore nos próximos quatro anos, o volume contratual retornará ao volume contratado do leilão a partir do 3º Quadriênio.

Os valores em 31 de dezembro de 2021 são demonstrados abaixo:

	<b>Consolidado</b>	
	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
<b>Passivo circulante</b>		
Reduto	1.306	1.224
Santo Cristo	3.134	1.683
São João	3.056	2.959
	<b>7.496</b>	<b>5.866</b>
<b>Passivo não circulante</b>		
Reduto	246	378
Santo Cristo	2.313	506
São João	1.038	456
	<b>3.597</b>	<b>1.340</b>
<b>Total</b>	<b>11.093</b>	<b>7.206</b>

## 2.3 Ativos e passivos não-financeiros

### 2.3.1 Imobilizado

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo Histórico	Valor líquido
<b>Imobilizado em operação</b>				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	479.173	391.970	485.042	416.963
<b>Total do imobilizado em operação</b>	<b>479.173</b>	<b>391.970</b>	<b>485.042</b>	<b>416.963</b>
<b>Bens em operação</b>				
Edificações e obras civis	402	314	402	332
Equipamento de informática	32	11	28	11
Equipamentos de comunicação	6	2	6	2
Terrenos – direito de uso (Nota 2.2.9)	6.240	5.286	5.845	5.236
Veículos – direito de uso (Nota 2.2.9)	225	51	88	0
Máquinas e equipamentos	1.200	741	1.154	810
Instalações	187	90	180	102
Moveis e utensílios	81	51	75	52
<b>Total bens em operação</b>	<b>8.373</b>	<b>6.546</b>	<b>7.778</b>	<b>6.545</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>487.546</b>	<b>398.516</b>	<b>492.820</b>	<b>423.508</b>

#### 2.3.1.1 Movimentações em 2021

	Valor líquido em 31/12/2020	Adições / (Baixas)	Depreciação / amortização	Valor líquido em 31/12/2021
<b>Imobilizado em operação</b>				
Aerogeradores, Máquinas e equipamentos de geração	416.963	(5.869)	(19.124)	391.970
<b>Total do imobilizado em operação</b>	<b>416.963</b>	<b>(5.869)</b>	<b>(19.124)</b>	<b>391.970</b>
<b>Bens em operações</b>				
Edificações/Obras Civis	332	-	(18)	314
Equipamento de informática	11	4	(4)	11
Equipamentos de comunicação	2	-	-	2
Terrenos - direito de uso	5.236	395	(345)	5.286
Veículos - direito de uso	-	137	(86)	51
Máquinas e equipamentos	810	46	(115)	741
Instalações	102	7	(19)	90
Moveis e utensílios	52	6	(7)	51
<b>Total dos bens em operações</b>	<b>6.545</b>	<b>595</b>	<b>(594)</b>	<b>6.546</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>423.508</b>	<b>(5.274)</b>	<b>(19.718)</b>	<b>398.516</b>

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, ocorreu um incêndio no aerogerador SC-02 do parque eólico Santo Cristo, cujos impactos nas demonstrações financeiras estão indicados a seguir:

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

- A SPE Santo Cristo efetuou a baixa do aerogerador, cujo valor contábil líquido, na data do sinistro, era de R\$ 5.969, com impacto em redução do ativo imobilizado;
- A SPE Santo Cristo reconheceu um direito a indenização devida pela seguradora, no valor total de R\$ 6.977, sendo R\$ 5.969 correspondentes à indenização parcial do aerogerador danificado e R\$ 1.008 de lucro cessante em referência ao primeiro semestre de 2021. Até a data desse relatório, a SPE Santo Cristo havia recebido da seguradora o pagamento da indenização parcial aprovada, no montante de R\$ 6.138.

Ainda não houve aprovação, pela seguradora, de valores adicionais de indenização, além daqueles já recebidos.

### 2.3.1.2 Movimentações no exercício comparativo

	Valor líquido em 31/12/2019	Adições	Depreciação / amortização	Valor líquido em 31/12/2020
<b>Imobilizado em operação</b>				
Aerogeradores, máquinas e equipamentos de geração	436.375	(12)	(19.400)	416.963
<b>Total do imobilizado em operação</b>	<b>436.375</b>	<b>(12)</b>	<b>(19.400)</b>	<b>416.963</b>
<b>Bens em operações</b>				
Edificações e obras civis	348	-	(16)	332
Equipamento de informática	15	-	(4)	11
Equipamentos de comunicação	1	2	(1)	2
Terrenos – direito de uso (Nota 2.2.9)	8.836	(3.292)	(308)	5.236
Veículos – direito de uso (Nota 2.2.9)	44	-	(44)	-
Máquinas e equipamentos	891	30	(111)	810
Instalações	120	-	(18)	102
Moveis e utensílios	23	34	(5)	52
<b>Total bens em operação</b>	<b>10.278</b>	<b>(3.226)</b>	<b>(507)</b>	<b>6.545</b>
<b>Total do imobilizado</b>	<b>446.653</b>	<b>(3.238)</b>	<b>(19.907)</b>	<b>423.508</b>

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos o valor residual) do ativo. Todo o montante de depreciação foi reconhecido nos custos operacionais.

Os financiamentos com o BNDES (Nota 2.2.7) das controladas diretas estão garantidos por 36 turbinas (9 turbinas de cada empresa) de geração de energia, no montante total de R\$308.719.

### 2.3.2 Intangível

	Consolidado			
	31/12/2021		31/12/2020	
	Custo Histórico	Valor líquido	Custo histórico	Valor líquido
<b>Intangível em operação</b>				
Gastos desenvolvimento	14.305	11.724	14.305	12.296
Software	162	9	162	42
<b>Total do intangível em operação</b>	<b>14.467</b>	<b>11.733</b>	<b>14.467</b>	<b>12.338</b>

O valor registrado no Intangível corresponde aos gastos incorridos até a respectiva data-base, relacionados ao desenvolvimento do projeto de parque de geração de energia eólica, no município de São Miguel do Gostoso antes do início da construção do parque.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

**2.3.3 Investimentos**

Companhias	Ações (mil)		% Participação	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	
	Ordinárias	Ordinárias	Capital Social Integralizado	Capital Votante
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	60.216	61.483	100%	100%
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	59.624	61.018	100%	100%
Usina de Energia Eólica São João S.A.	59.516	57.809	100%	100%
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	58.215	58.827	100%	100%
<b>Total Investimento</b>	<b>237.571</b>	<b>239.137</b>		

Investidas	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021		Ativos Totais	
	Ordinárias	Ordinárias	Capital Social Integralizado	Capital Votante	31/12/2021	31/12/2020
Carnaúba	60.216	61.483	100%	100%	115.471	116.419
Reduto	59.624	61.018	100%	100%	122.857	123.455
São João	59.516	57.809	100%	100%	121.250	120.825
Santo Cristo	58.215	58.827	100%	100%	122.487	121.673
	<b>237.571</b>	<b>239.137</b>			<b>482.065</b>	<b>482.372</b>

	Passivos (Circulantes e Não Circulantes)		Patrimônio Líquido		Receitas Líquida		Resultado do Exercício	
	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
Carnaúba	56.090	59.721	59.380	56.698	19.259	15.983	3.950	(53)
Reduto	55.668	57.110	67.189	66.345	18.877	15.745	2.936	418
São João	55.998	56.749	65.252	64.076	18.713	14.684	3.364	(629)
Santo Cristo	58.686	56.954	64.809	64.719	17.087	16.663	2.061	1.442
	<b>226.442</b>	<b>230.534</b>	<b>256.630</b>	<b>251.838</b>	<b>73.936</b>	<b>63.075</b>	<b>12.311</b>	<b>1.178</b>

A movimentação do investimento no exercício é a seguinte:

Companhias	31/12/2020	Equivalência	Dividendos	Resgates de ações (a)	31/12/2021
Carnaúba	56.698	3.950	-	(1.267)	59.381
Reduto	66.345	2.936	(697)	(1.395)	67.189
São João	64.076	3.364	(799)	(1.389)	65.252
Santo Cristo	64.719	2.061	(490)	(1.482)	64.808
<b>Total</b>	<b>251.838</b>	<b>12.311</b>	<b>(1.986)</b>	<b>(5.533)</b>	<b>256.630</b>

(a) Refere-se a resgates de ações ocorridos por meio de aplicação de reserva de capital, sem redução de capital social da Companhia.

## **2.4 Patrimônio líquido**

### **2.4.1 Capital social**

O capital social da Companhia é de 231.580.182 ações sem valor nominal, com preço de emissão de R\$1,00 (um real) cada, em nome da Voltalia São Miguel do Gostoso I Participações S/A.

### **2.4.2 Destinação do lucro**

As ações têm direito a dividendos mínimos obrigatórios de 25% do lucro líquido ajustado nos termos da Lei nº6.404/76, ressalvadas as hipóteses previstas nos parágrafos terceiro e quarto do Artigo 202 da referida lei.

O saldo restante do lucro líquido ajustado deverá permanecer na conta de lucros acumulados até que a Assembleia Geral delibere sobre sua destinação, podendo ter constituição de dividendo adicional limitado ao cálculo do ICSD.

A Companhia apresentou lucro em 31 de dezembro de 2021, no entanto, possui prejuízos acumulados que absorveram o referido lucro. Em 31 de dezembro de 2020 a Companhia apresentou prejuízo.

## **3 Estimativas críticas e riscos**

Esta seção apresenta os variados riscos aos quais está exposta a Companhia e demonstra como esses riscos poderiam impactar as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia e sua performance.

### **3.1 Estimativas críticas e julgamentos**

A elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer que a Administração use de julgamentos, estimativas contábeis e premissas, que afetam os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas, cujos resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas que apresentam um risco significativo, com probabilidade de causar um ajuste relevante nos valores contábeis de ativos e passivos para o próximo exercício social, estão contempladas a seguir.

#### **Depreciação e amortização do ativo fixo**

A depreciação/ amortização do ativo fixo leva em consideração premissas com alto grau de julgamento, tais como a vida útil e valor residual dos ativos. Quaisquer mudanças nessas premissas podem implicar na alteração das taxas de depreciação/ amortização e, como consequência, na valorização do ativo fixo.

#### **Cálculo da provisão ressarcimento no âmbito do contrato de fornecimento**

A provisão para perda/ ressarcimento do contrato de fornecimento de energia é baseada, principalmente, na geração futura de ventos. A Empresa aplica julgamento para estabelecer essa premissa, com base em estudos técnicos.

#### **Determinação da taxa efetiva de juros para fins de valorização dos empréstimos.**

Os empréstimos são mensurados de acordo com o método da taxa efetiva de juros, que é determinada com base na premissa de fluxos de caixa do contrato e julgamento de quais custos são elegíveis como “custos de transação”.

Os valores definitivos das transações envolvendo essas estimativas somente são conhecidos por ocasião da sua efetivação. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua.

As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

## **3.2 Gestão de riscos**

A administração dos riscos é realizada por meio de políticas, definição de estratégias e implementação de sistemas de controle, definidos pela diretoria e aprovados pela Diretoria da Companhia.

As atividades da Companhia a expõe a diversos riscos, tais como o risco regulatório, riscos de mercado (incluindo risco de taxa de juros e risco de crédito) e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Companhia se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Companhia.

Na elaboração das análises de sensibilidade por fator de risco, a Companhia efetuou os seguintes procedimentos:

- Identificação dos riscos de mercado que podem gerar prejuízos materiais para a Companhia
- Definição de um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, possa gerar resultados adversos para a Companhia.
- Definição de cenários adicionais na variável de risco considerada.

### **3.2.1 Risco regulatório**

A atividade da Companhia, assim como a atividade de seus concorrentes, é regulamentada e fiscalizada pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades do grupo.

### **3.2.2 Risco de crédito**

O risco de inadimplência impacta as receitas de maneiras uniformes, tanto a energia repassada para a CCEE ou Terceiros, de acordo com o contrato de fornecimento (CER).

Toda a geração da usina foi vendida como energia de reserva, cujo custo é absorvido por todos os consumidores do sistema, que realizam os pagamentos por meio do Encargo de Energia de Reserva (EER). Existe a possibilidade de inadimplência por parte destes consumidores, e para mitigar esse risco, a CCEE gerencia a Conta de Energia de Reserva (CONER), por meio da qual é feito o recebimento dos pagamentos do EER.

### **3.2.3 Risco de liquidez**

O gerenciamento do fluxo de caixa é realizado de forma centralizada pela controladora, sendo sua projeção monitorada continuamente, a fim de garantir e assegurar as exigências de liquidez, os limites ou cláusulas dos contratos de empréstimos e caixa suficiente para atendimento às necessidades operacionais do negócio.

Eventual excesso de caixa disponível pela Companhia é investido em contas-correntes com incidência de juros, depósitos a prazos e depósitos de curto prazo, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer margem, conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

A tabela a seguir analisa os passivos financeiros da Companhia, por faixas de vencimento, correspondentes ao período remanescente no balanço patrimonial até a data contratual do vencimento. Os valores divulgados na tabela são os saldos contábeis em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, conforme apresentado abaixo:

	Controladora				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores	11	-	-	-	11
Debêntures	1.708	2.370	21.549	26.739	52.366
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>					
Fornecedores	6	-	-	-	6
Debêntures	1.536	1.369	13.694	32.181	48.780
	Consolidado				Total
	Menos de um ano	Entre um e dois anos	Entre dois e cinco anos	Acima de cinco anos	
<b>Em 31 de dezembro de 2021</b>					
Fornecedores	5.376	-	-	-	5.376
Empréstimos e financiamentos	11.795	14.333	53.275	119.154	198.557
Debêntures	1.708	2.370	21.549	26.739	52.366
Partes relacionadas – contas a pagar	99	-	-	-	99
Passivos de arrendamentos	282	282	846	4.450	5.860
Penalidades contratuais	7.496	3.597	-	-	11.093
<b>Em 31 de dezembro de 2020</b>					
Fornecedores	4.634	-	-	-	4.634
Empréstimos e financiamentos	12.652	13.237	47.310	134.587	207.786
Debêntures	1.536	1.369	13.694	32.181	48.780
Partes relacionadas – contas a pagar	60	-	-	-	60
Passivos de arrendamentos	166	166	498	4.741	5.571
Penalidades contratuais	5.866	1.340	-	-	7.206

## **4 Itens não reconhecidos**

Esta seção provê informações sobre itens que não estão reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas uma vez que não atendem (ainda) os requisitos para seu reconhecimento.

### **4.1 Contingências**

#### **4.1.1 Perdas possíveis não provisionadas no Balanço**

A determinação do valor das provisões e das demais divulgações requeridas, bem como a classificação das probabilidades de perda, exigem julgamento significativo da Companhia e de suas controladas, sendo reavaliado periodicamente conforme o andamento dos processos, nas diversas instâncias judiciais, e da jurisprudência aplicável.

A Companhia São Miguel do Gostoso não possui ações judiciais e processos administrativos perante tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações ou que envolvam questões tributárias.

As suas sociedades controladas são parte de processos tributários, para os quais são constituídas provisões quando há uma provável saída de recursos para liquidar a contingência e uma estimativa razoável possa ser realizada. Os passivos contingentes significativos avaliados como de risco possível e remoto não são provisionados.

As suas sociedades controladas possuem ações anulatória de risco possível ajuizada perante o Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte no montante atualizado R\$ 1.723 com o intuito de cancelar Autos de Infração lavrados pelo Município de São Miguel do Gostoso para cobrança de taxa de localização e funcionamento necessária à expedição de alvarás de funcionamento dos respectivos empreendimentos.

#### **4.1.2 Provisões Fiscais**

A controlada Usina Eólica Carnáuba SPE S.A. sofreu autuação fiscal que, após recurso administrativo, totalizava o montante de R\$ 1.625 provisionado em 2020. Após análise das possibilidades de êxito na esfera judicial, a Administração em Conselho Fiscal decidiu pela quitação do auto de infração com benefício de desconto, totalizando o montante de R\$ 217, em junho de 2021, conforme Decreto 30.084/2020, concedido pela Sefaz RN (REFIS), reduzindo o custo em R\$ 1.408.

#### **4.1.3 Ativo contingente**

Conforme Nota 2.3.1, a SPE Santo Cristo pleiteia uma indenização adicional junto a seguradora responsável pela apólice que cobria os riscos relacionados ao sinistro ocorrido, em 2021, em um dos aerogeradores do seu parque eólico.

## **5 Outras informações**

Esta seção inclui outras informações que devem ser divulgadas para cumprimento das exigências das normas contábeis e outros pronunciamentos.

### 5.1.1 Transações com partes relacionadas

A Companhia possui mútuos e contas a pagar com as empresas do grupo Voltalia como segue.

	Controladora					
	31/12/2021			31/12/2020		
	Ativo - Mútuo	Ativo - Dividendos	Resultado - Encargos s/ Mútuo	Ativo - Mútuo	Ativo - Dividendos	Resultado - Encargos s/ Mútuo
<b>Circulante</b>						
Usina de Energia Eólica Carnaúba S.A.	396	-	-	372	-	13
Usina de Energia Eólica Reduto S.A.	238	796	-	223	99	11
Usina de Energia Eólica São João S.A.	277	799	-	260	-	7
Usina de Energia Eólica Santo Cristo S.A.	481	607	-	452	342	8
<b>Total Circulante</b>	<b>1.392</b>	<b>2.202</b>	<b>-</b>	<b>1.307</b>	<b>441</b>	<b>39</b>
<b>Total</b>	<b>1.392</b>	<b>2.202</b>	<b>-</b>	<b>1.307</b>	<b>441</b>	<b>39</b>

	Consolidado				
	31/12/2021		31/12/2020		
	Passivo - Contas a pagar	Resultado - Serviços	Ativo - Contas a receber	Passivo - Contas a pagar	Resultado - Serviços
<b>Circulante</b>					
Voltalia Energia do Brasil Ltda	38	(3.814)	36	-	(3.956)
Voltalia Serviços do Brasil Ltda	61	(674)	-	60	(100)
<b>Total Circulante</b>	<b>99</b>	<b>(4.488)</b>	<b>36</b>	<b>60</b>	<b>(4.056)</b>
<b>Total</b>	<b>99</b>	<b>(4.488)</b>	<b>36</b>	<b>60</b>	<b>(4.056)</b>

As transações de mútuos entre as empresas têm prazo de vencimento de dois anos, com incidência de juros remuneratórios de 111,5 % do CDI, conforme os contratos de mútuos.

## 5.2 Seguros

Os seguros contratados seguem a política da Companhia no que tange à cobertura de ativos próprios de acordo com a análise de risco e o aspecto econômico-financeiro. As principais coberturas de seguros da Companhia estão associadas a riscos em construções, instalação e montagem das torres eólicas.

SEGUROS VIGENTES PARA O COMPLEXO DE SÃO MIGUEL DO GOSTOSO			
	RAMO	VIGENCIA / SEGURADORA	VALOR EM RISCO
<b>GARANTIA</b>			
CARNAÚBA	SEGURO GARANTIA CCT	31/07/21 a 31/07/22 - AUSTRAL	690
REDUTO	SEGURO GARANTIA CCT	31/07/21 a 31/07/22 - AUSTRAL	731
SANTO CRISTO	SEGURO GARANTIA CCT	31/07/21 a 31/07/22 - AUSTRAL	731
SÃO JOÃO	SEGURO GARANTIA CCT	31/07/21 a 31/07/22 - AUSTRAL	731
REDUTO	SEGURO RISCO OPERACIONAL	28/11/2021 A 28/11/2022 - SWISS RE	164.361
REDUTO	SEGURO RESP. CIVIL	13/11/20 A 13/11/22 - AXA	1.071
SANTO CRISTO	SEGURO RISCO OPERACIONAL	28/11/2021 A 28/11/2022 - SWISS RE	151.712
SANTO CRISTO	SEGURO RESP. CIVIL	13/11/20 A 13/11/22 - AXA	1.071
CARNAÚBA	SEGURO RISCO OPERACIONAL	28/11/2021 A 28/11/2022 - SWISS RE	161.854
CARNAÚBA	SEGURO RESP. CIVIL	13/11/20 A 13/11/22 - AXA	1.071
SÃO JOÃO	SEGURO RISCO OPERACIONAL	28/11/21 A 28/11/22 - SWISS RE	163.610
SÃO JOÃO	SEGURO RESP. CIVIL	13/11/20 A 13/11/22 - AXA	1.071

## 6 Principais práticas contábeis adotadas

### 6.1 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo com liquidez imediata e risco insignificante de mudança de valor, sendo o saldo apresentado líquido de saldos em contas garantidas na demonstração do fluxo de caixa.

### 6.2 Imobilizado

O ativo imobilizado está demonstrado ao valor de custo, deduzido de depreciação. São registrados como parte dos custos dos honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil da Companhia. Tais imobilizações são classificadas nas categorias adequadas do imobilizado quando concluídas e prontas para o uso pretendido. A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados no final da data do balanço patrimonial e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são contabilizados prospectivamente.

A depreciação dos ativos é calculada com base no método linear durante a vida útil, que é estimada como segue:

- Benfeitorias em imóveis de terceiros - 5-15 anos.
- Máquinas - 10 anos.
- Veículos - 5 anos.
- Móveis, utensílios e equipamentos - 10 anos.
- Equipamentos de processamento de dados - 5 anos.
- Instalações - 10 anos.
- Turbinas Eólicas - 25 anos.

O valor de um ativo é reduzido imediatamente para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos em "Outras receitas (despesas)", na demonstração do resultado do exercício.

## **6.3 Intangível**

### **6.3.1 Ativos intangíveis separadamente adquiridos**

Os ativos intangíveis com vida útil definida, adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização acumulada e *impairment*. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos direitos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Os *softwares* corporativos são capitalizados com base nos custos incorridos para aquisição e para fazer com que eles estejam prontos para ser utilizados, amortizados durante sua vida útil estimada.

Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesa, conforme incorridos.

A partir do 1 de julho de 2017, a depreciação dos ativos intangíveis é calculada com base no método linear durante a vida útil e o tempo de contrato de 25 anos.

### **6.3.2 Ativos Intangíveis internamente gerados**

Os gastos com pesquisa são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos.

O ativo intangível gerado internamente resultante dos gastos com a fase de desenvolvimento dos projetos internos é reconhecido se, e somente se, as seguintes condições são atendidas:

- Viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que ele seja disponibilizado para uso ou venda;
- Intenção e capacidade de concluir o ativo intangível e usá-lo ou vendê-lo;
- Alta probabilidade de gerar benefícios econômicos futuros;

- Disponibilidade de recursos técnicos e financeiros adequados para completar o desenvolvimento do ativo intangível e para usá-lo ou vendê-lo; e
- Capacidade de mensurar com segurança os gastos atribuíveis ao ativo intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente. Quando nenhum ativo intangível gerado internamente puder ser reconhecido, os gastos com desenvolvimento serão reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Posteriormente ao reconhecimento inicial, os ativos intangíveis gerados internamente são contabilizados pelo valor de custo, deduzido da amortização acumulada e de eventual ajuste ao valor recuperável.

### **6.3.3 Baixa de ativos intangíveis**

Um ativo intangível é baixado quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como as diferenças entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

## **6.4 Redução ao valor recuperável (“impairment”)**

### **6.4.1 Ativos financeiros (incluindo recebíveis)**

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido à Companhia sobre condições de que a Companhia não aceitaria em outras transações ou indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência ou o desaparecimento de um mercado ativo para o título.

### **6.4.2 Ativos não financeiros**

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia são analisados a cada exercício de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável estimado. Perdas de valor são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2021, não havia evidência que indicasse que o valor contábil líquido excedesse o valor recuperável.

## **6.5 Empréstimos e financiamentos**

Os empréstimos e financiamentos são reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor de liquidação é reconhecida na demonstração do resultado durante o exercício em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando o método da taxa efetiva de juros.

## **6.6 Provisões**

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legais ou presumidas) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada exercício de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação.

Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

As provisões para riscos tributários, cíveis e trabalhistas são reconhecidas quando há riscos prováveis de perda nas ações judiciais e processos administrativos junto a tribunais e órgãos governamentais que envolvam questões tributárias, trabalhistas, cíveis ou outros assuntos em que a Companhia figure como parte passiva.

## **6.7 Tributação**

### **6.7.1 Tributos sobre a receita operacional**

As receitas de serviços estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Contribuição para o programa de integração social ("PIS"), alíquota de 0,65%;
- Contribuição para o financiamento da seguridade social ("COFINS"), alíquota de 3%; e
- Imposto sobre serviços ("ISS"), alíquota de 5%.

Esses encargos são apresentados como deduções de receita bruta na demonstração do resultado. Os créditos decorrentes da não cumulatividade do PIS e da COFINS são apresentados dedutivamente das despesas e receitas operacionais na demonstração do resultado. Os débitos decorrentes das receitas financeiras e os créditos decorrentes das despesas financeiras estão apresentados dedutivamente nessas próprias linhas na demonstração do resultado do exercício.

## 6.7.2 Tributos sobre o lucro

### Impostos correntes

O imposto de renda e a contribuição social são calculados de acordo com as bases legais tributárias vigentes na data de apresentação das demonstrações financeiras. Conforme facultado pela legislação tributária, a Companhia optou pelo regime do Lucro Presumido. De acordo com essa sistemática, o imposto de renda e a contribuição social são calculados a razão de 8% e 12% da receita bruta, respectivamente. Para receita de serviços e receitas financeiras, as bases de cálculo são 32% e 100%, respectivamente. O imposto de renda é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10% para a parcela do lucro que exceder R\$ 240 no exercício de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável. O imposto de renda e a contribuição social são reconhecidos pelo regime de competência.

### Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“impostos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias no final de cada exercício, entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável, incluindo saldo de prejuízos fiscais, quando aplicável. Os impostos diferidos passivos são geralmente reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias tributáveis e os impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre todas as diferenças temporárias dedutíveis, apenas quando for provável que a Companhia apresentará lucro tributável futuro em montante suficiente para que tais diferenças temporárias dedutíveis possam ser utilizadas.

A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Impostos diferidos ativos e passivos são mensurados pelas alíquotas aplicáveis no exercício no qual se espera que o passivo seja liquidado ou o ativo seja realizado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, ou quando uma nova legislação tiver sido aprovada. A mensuração dos impostos diferidos ativos e passivos reflete as consequências fiscais que resultariam da forma na qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil desses ativos e passivos no final de cada exercício.

## 6.8 Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

## **6.9 Reconhecimento de receita**

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pelo fornecimento de energia no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida de impostos.

A Companhia reconhece a receita quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado com segurança; (ii) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a Companhia e (iii) quando critérios específicos tiverem sido atendidos para as atividades da Companhia. Na prática, a Companhia reconhece a receita decorrente do fornecimento de energia elétrica considerando o montante em MWh gerado valorizados ao preço do contrato.

A receita financeira é reconhecida com base no método da taxa de juros efetiva.

## **6.10 Instrumentos financeiros**

Os ativos financeiros são inicialmente mensurados a valor justo, incluindo os custos da transação se não forem mensurados a valor justo por meio do resultado. Os investimentos em instrumentos financeiros mantidos pela Companhia, que incluem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e aplicações financeiras de longo prazo, são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado. Em 31 de dezembro de 2021 e 2020, a Companhia não possuía nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

Os passivos financeiros estão representados pelos saldos de fornecedores, contas a pagar/mútuos com partes relacionadas e empréstimos e financiamentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação estiver revogada, cancelada ou expirada. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecido na demonstração do resultado.

## **6.11 Passivo de arrendamentos**

O direito de uso dos ativos e o passivo dos arrendamentos são reconhecidos pelo valor futuro das contraprestações assumidas no contrato, trazidos ao valor presente líquido.

A depreciação do ativo de direito de uso dos ativos é calculada pelo método linear, de acordo com o prazo remanescente de cada contrato, sendo reconhecida no resultado do exercício na linha competente à sua natureza ("Custo dos produtos vendidos" / "Despesas Administrativas" / "Despesas Comerciais"), assim como as despesas de juros, correspondentes a amortização do ajuste ao valor presente líquido dos contratos, são alocadas no "Resultado financeiro".

A metodologia utilizada na apuração do valor presente líquido dos contratos corresponde ao fluxo de caixa das contraprestações assumidas descontadas pela taxa de desconto definida para a classe do ativo.

A taxa de desconto para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 2020 utilizadas para as operações de arrendamento de terrenos e aluguel das salas comerciais foram de 8,84% ao ano. As taxas foram obtidas por operações financiamentos para ativos destas classes, líquido de inflação.

## 6.12 Novos pronunciamentos em vigor a partir de 1º de janeiro de 2021

As novas normas e alterações, que são válidas para períodos anuais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021 (exceto quando indicado de outra forma), não tiveram impacto nestas demonstrações financeiras.

### Alterações no CPC 06 (R2), CPC 11, CPC 38, CPC 40 (R1) e CPC 48: Reforma da Taxa de Juros de Referência.

As alterações aos Pronunciamentos CPC 38 e 48 fornecem exceções temporárias que endereçam os efeitos das demonstrações financeiras quando uma taxa de certificado de depósito interbancário é substituída com uma alternativa por uma taxa quase que livre de risco.

As alterações incluem os seguintes expedientes práticos:

- Um expediente prático que requer mudanças contratuais, ou mudanças nos fluxos de caixa que são diretamente requeridas pela reforma, a serem tratadas como mudanças na taxa de juros flutuante, equivalente ao movimento numa taxa de mercado;
- Permite mudanças requeridas pela reforma a serem feitas nas designações e documentações de hedge, sem que o relacionamento de hedge seja descontinuado; e
- Fornece exceção temporária para entidades estarem de acordo com o requerimento de separadamente identificável quando um instrumento com taxa livre de risco é designado como hedge de um componente de risco.

Essas alterações não impactaram as demonstrações financeiras da Companhia. A Companhia pretende usar os expedientes práticos nos períodos futuros, se eles se tornarem aplicáveis.

Alterações no CPC 06 (R2): Benefícios Relacionados à Covid-19 Concedidos para Arrendatários em Contratos de Arrendamento que vão além de 30 de junho de 2021.

As alterações preveem concessão aos arrendatários na aplicação das orientações do CPC 06 (R2) sobre a modificação do contrato de arrendamento, ao contabilizar os benefícios relacionados como consequência direta da pandemia Covid-19. Como um expediente prático, um arrendatário pode optar por não avaliar se um benefício relacionado à Covid-19 concedido pelo arrendador é uma modificação do contrato de arrendamento. O arrendatário que fizer essa opção deve contabilizar qualquer mudança no pagamento do arrendamento resultante do benefício concedido no contrato de arrendamento relacionada ao Covid-19 da mesma forma que contabilizaria a mudança aplicando o CPC 06 (R2) se a mudança não fosse uma modificação do contrato de arrendamento.

A alteração pretendia ser aplicada até 30 de junho de 2021, mas como o impacto da pandemia do Covid-19 pode continuar, em 31 de março de 2021, o comitê de pronunciamentos contábeis ("CPC") estendeu o período da aplicação deste expediente prático para de 30 junho de 2022.

Essa alteração entra em vigor para exercícios sociais iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2021, no entanto, a Companhia ainda não recebeu benefícios concedidos para arrendatários relacionados à Covid-19, mas planeja aplicar o expediente prático, quando aplicável, dentro do período da norma.

Nenhuma das alterações acima indicadas teve impacto significativo nas demonstrações financeiras da Companhia.

### **6.13 Normas emitidas, mas ainda não vigentes**

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB mas não estão em vigor para o exercício de 2021. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

- Alteração do IFRS 4 "Contratos de Seguros": em maio de 2017, o IFRS 17 foi emitido como substituto do IFRS 4, o qual requer um modelo de mensuração atual onde as estimativas são remensuradas em cada período de relatório. A norma permite a escolha entre o reconhecimento de mudanças nas taxas de desconto na demonstração do resultado ou diretamente em outros resultados abrangentes. Em julho de 2020, uma série de alterações foram feitas, de modo a facilitar a aplicação da norma, além de terem adiado a efetiva aplicação da norma para janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 16 "Ativo Imobilizado": em maio de 2020, o IASB emitiu uma alteração que proíbe uma entidade de deduzir do custo do imobilizado os valores recebidos da venda de itens produzidos enquanto o ativo estiver sendo preparado para seu uso pretendido. Tais receitas e custos relacionados devem ser reconhecidos no resultado do exercício. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1o de janeiro de 2022.
- Alteração ao IAS 37 "Provisão, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes": em maio de 2020, o IASB emitiu essa alteração para esclarecer que, para fins de avaliar se um contrato é oneroso, o custo de cumprimento do contrato inclui os custos incrementais de cumprimento desse contrato e uma alocação de outros custos que se relacionam diretamente ao cumprimento dele. A data efetiva de aplicação dessa alteração é 1o de janeiro de 2022.
- Alteração ao IFRS 3 "Combinação de Negócios": emitida em maio de 2020, com o objetivo de substituir as referências da versão antiga da estrutura conceitual para a mais recente. A alteração ao IFRS 3 tem vigência de aplicação a partir de 1o de janeiro de 2022.
- Aprimoramentos anuais - ciclo 2018-2020: em maio de 2020, o IASB emitiu as seguintes alterações como parte do processo de melhoria anual, aplicáveis a partir de 1o de janeiro de 2022:
  - IFRS 9 - "Instrumentos Financeiros" - esclarece quais taxas devem ser incluídas no teste de 10% para a baixa de passivos financeiros.
  - IFRS 16 - "Arrendamentos" - alteração do exemplo 13 a fim de excluir o exemplo de pagamentos do arrendador relacionados a melhorias no imóvel arrendado.
  - IFRS 1 "Adoção Inicial das Normas Internacionais de Relatórios Financeiros" - simplifica a aplicação da referida norma por uma subsidiária que adote o IFRS pela primeira vez após a sua controladora, em relação à mensuração do montante acumulado de variações cambiais.
  - IAS 41 - "Ativos Biológicos" - remoção da exigência de excluir os fluxos de caixa da tributação ao mensurar o valor justo dos ativos biológicos e produtos agrícolas, alinhando assim as exigências de mensuração do valor justo no IAS 41 com as de outras normas IFRS.
- Alteração ao IAS 1 "Apresentação das Demonstrações Contábeis": emitida em maio de 2020, com o objetivo esclarecer que os passivos são classificados como circulantes ou não circulantes, dependendo dos direitos que existem no final do período. A classificação não é afetada pelas expectativas da entidade ou eventos após a data do relatório (por exemplo, o recebimento de um waiver ou quebra de covenant). As alterações também esclarecem o que se refere "liquidação" de um passivo à luz do IAS 1. As alterações do IAS 1 tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.

**Notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

**Em 31 de dezembro de 2021**

Em milhares de R\$, exceto quando indicado de outra forma

---

- Alteração ao IAS 1 e IFRS Practice Statement 2 - Divulgação de políticas contábeis: em fevereiro de 2021 o IASB emitiu nova alteração ao IAS 1 sobre divulgação de políticas contábeis "materiais" ao invés de políticas contábeis "significativas". As alterações definem o que é "informação de política contábil material" e explicam como identificá-las. Também esclarece que informações imateriais de política contábil não precisam ser divulgadas, mas caso o sejam, que não devem obscurecer as informações contábeis relevantes. Para apoiar esta alteração, o IASB também alterou a "IFRS Practice Statement 2 Making Materiality Judgements" para fornecer orientação sobre como aplicar o conceito de materialidade às divulgações de política contábil. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 8 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro: a alteração emitida em fevereiro de 2021 esclarece como as entidades devem distinguir as mudanças nas políticas contábeis de mudanças nas estimativas contábeis, uma vez que mudanças nas estimativas contábeis são aplicadas prospectivamente a transações futuras e outros eventos futuros, mas mudanças nas políticas contábeis são geralmente aplicadas retrospectivamente a transações anteriores e outros eventos anteriores, bem como ao período atual. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.
- Alteração ao IAS 12 - Tributos sobre o Lucro: a alteração emitida em maio de 2021 requer que as entidades reconheçam o imposto diferido sobre as transações que, no reconhecimento inicial, dão origem a montantes iguais de diferenças temporárias tributáveis e dedutíveis. Isso normalmente se aplica a transações de arrendamentos (ativos de direito de uso e passivos de arrendamento) e obrigações de descomissionamento e restauração, como exemplo, e exigirá o reconhecimento de ativos e passivos fiscais diferidos adicionais. A referida alteração tem vigência a partir de 1o de janeiro de 2023.
- Alterações à IFRS 10 e IAS 28 - Venda ou contribuição de ativos entre um investidor e seu coligada ou joint venture: as alterações esclarecem o tratamento contábil para vendas ou contribuições de ativos entre um investidor e suas coligadas ou joint ventures. Conforme as alterações, o tratamento contábil irá depender se os ativos não monetários vendidos ou contribuídos para uma coligada constituem um "negócio" (IFRS 3), e frente a isso é que o ganho ou perda será reconhecido total ou parcialmente. Em 2015, o IASB decidiu que só aplicará a referida alteração após finalizar seu projeto de pesquisa sobre o método de equivalência patrimonial, de modo que a data efetiva de aplicação ainda não foi definida.

A Companhia está atualmente avaliando os impactos dessas alterações nas políticas contábeis divulgadas.

Não há outras normas ou interpretações que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia e controladas.

\* \* \*

## Fale conosco

### *Brasil*

Rua do Passeio, 78 -14º andar | Centro  
CEP: 20021-290 - Rio de Janeiro, Brasil  
T.+55 2221-7190  
[voltalialatam@voltalia.com](mailto:voltalialatam@voltalia.com)



[www.voltalia.com](http://www.voltalia.com)     